

Desafio Cambial

No mundo globalizado que se avizinha, no terceiro milênio, os setores tradicionais da economia, como a agricultura e a indústria perderam espaço para os segmentos de comércio e serviços. A consequência não foi apenas o deslocamento da mão-de-obra para as atividades ligadas à área financeira, o lazer e a internet, repetindo-se o ciclo anterior da migração do emprego do campo para a indústria. O efeito do deslocamento dos eixos econômicos tem sido sentido também de forma intensa pelas nações em processo de desenvolvimento, como o Brasil.

No passado a geração de divisas estava diretamente ligada à capacidade de exportação e à produção de superávits comerciais, porque ela permitia a realização de investimentos públicos e privados, na modernização industrial, por exemplo. Hoje, as nações mais desenvolvidas estão mais empenhadas em auferir superávits na conta de serviços.

O antigo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), foro de solução de pendências entre as nações limitado aos fluxos de importações e exportações (a balança comercial), deu lugar à Organização Mundial de Comércio. A OMC passou a cuidar de patentes industriais, direitos autorais, seguros, aviação, fluxos financeiros e das amplas transações do mundo dos serviços, que incluem a internet.

A criação da OMC resultou do empenho dos Estados Unidos e do bloco europeu. Os países mais desenvolvidos, com as empresas líderes da área industrial, comercial, financeira e de serviços, vinham tendo dificuldades para conciliar a proteção de seus mercados com o interesse de suas empresas transnacionais. Como elas espalharam a produção pelo mundo de acordo com a conveniência da divisão internacional do trabalho, as nações líderes têm pesados déficit comerciais.

Os EUA são o maior exemplo: nos últimos 12 meses o déficit comercial americano chegou a quase US\$ 300 bilhões. Mas os direitos sobre patentes industriais, licenciamento de *softwares*, remessas de *royalties*, prestação de serviços de engenharia, cartões de crédito, além das remessas de juros e dividendos sobre os capitais provenientes do território americano compensam e asseguram amplo superávit no balanço de pagamentos (a soma da balança comercial com a de serviços e o fluxo de capitais). Para os 15 membros da União Européia, o quadro não é muito diferente. O mesmo se apresenta para o Japão.

Por isso tanto os Estados Unidos quanto a União Européia e o Japão procuraram negociar a filiação da China, a mais poderosa e promissora economia emergente na OMC. Tal adesão asseguraria aos países que detêm a maior parte das patentes e direitos na área de serviços a proteção contra a pirataria nesses campos na órbita da OMC.

Para não perder a onda da globalização, na qual começou a *surf* um pouco tarde, o Brasil abriu seu mercado, com a redução das tarifas protecionistas e passou a reconhecer direitos autorais e patentes. Durante o processo de redução das barreiras tarifárias, que assegurou a estabilidade inflacionária no Plano Real, o Brasil atraiu maciços investimentos estrangeiros. Eles contribuíram para cobrir os déficits no balanço de pagamentos em conta corrente (balança comercial e a conta de serviços). Mas a demora na reação das exportações, decorridos 14 meses da desvalorização do real, é fator preocupante.

É que, de acordo com estudo do Banco Central, a maior parte dos investimentos estrangeiros tem sido aplicada nas áreas de serviços, incluindo a internet. Tais áreas caracterizam-se, no caso do Brasil, país com reduzido número de patentes e de direitos autorais reconhecidos mundialmente, como fortemente deficitárias no fluxo cambial.

A modernização do país, na indústria, na agricultura e nas áreas do comércio e de serviços não pode parar. Mas é preciso criar estímulos extras para que mais esforços e recursos sejam direcionados ao aumento das exportações mais dinâmicas (produtos cuja demanda cresce acima da média do comércio mundial) e para a redução dos fatores de custo que tolhem a competitividade da produção nacional.

Governo e Congresso devem se empenhar para recuperar o atraso na implementação das reformas tributária, política e do Estado. O atraso sai caro à sociedade. A persistência do custo Brasil reduz a velocidade da queda da taxa de juros. Se o Brasil não produzir rapidamente robustos superávits na balança comercial, em pouco tempo pode haver escassez de divisas para atender às remessas na área de serviços. O país não pode correr o risco de novo ciclo de estagnação econômica e social como a causada pela crise da dívida externa, em 1982.